



PARECER Nº 013/2025

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Emenda Modificativa nº 002/2025 ao Projeto de Lei nº 008/2025

Autoria: Vereador Ricardo Pereira Pontes (Ricardo de Gulu)

Assunto: Altera a redação do Art. 2º do Projeto de Lei nº 008/2025, ampliando a vedação ao nepotismo para incluir parentes até o quarto grau, visando fortalecer os princípios da moralidade e impessoalidade na Administração Pública.

I – Exposição da matéria em exame:

O presente parecer refere-se à análise da Emenda Modificativa nº 002/2025, de autoria do vereador Ricardo Pereira Pontes (PSDB), que altera a redação do artigo 2º do Projeto de Lei nº 008/2025, ampliando a vedação ao nepotismo para incluir parentes até o quarto grau, visando fortalecer os princípios da moralidade e impessoalidade na Administração Pública.

O Projeto de Lei nº 008/2025 trata da regulamentação de práticas relacionadas ao nepotismo e a Emenda Modificativa nº 002/2025 propõe ampliar a aplicação da vedação para que seja estendida a parentes até o quarto grau. A proposta visa consolidar os princípios constitucionais da moralidade e impessoalidade, mas entra em confronto com o entendimento da jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente em relação à Súmula Vinculante nº 13 e o disposto no artigo 11 da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 14.230/2021), que limitam a vedação ao nepotismo aos parentes até o terceiro grau.

II – Conclusões do relator:

a) Legalidade e Constitucionalidade:

O relator, após a análise do Projeto de Lei nº 008/2025, em conjunto com a Emenda Modificativa nº 002/2025, conclui que a proposta de ampliação da vedação ao nepotismo para incluir parentes até o quarto grau conflita

CASA JAIR PEREIRA DE OLIVEIRA

Rua Dr. Joaquim Nabuco, nº 208 - Centro de São Lourenço da Mata, PE - CEP: 54735-790 - CNPJ: 11.480.878/0001-98

☎ 81 3525.0722 🌐 WWW.SAOLOURENCODAMATA.PE.LEG.BR 📱 /CAMARAMUNICIPALSLM 📧 @CAMARAMUNICIPALSLM

diretamente com a Súmula Vinculante nº 13 do STF, que restringe o nepotismo aos parentes até o terceiro grau. A alteração proposta também entra em desacordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 14.230/2021), que estabelece a vedação ao nepotismo somente para parentes até o terceiro grau.

Portanto, do ponto de vista jurídico, a emenda proposta é ilegal e inconstitucional, uma vez que ultrapassa os limites estabelecidos pela Constituição Federal e pela legislação infraconstitucional, além de contrariar o entendimento jurisprudencial consolidado pelo STF.

b) Conveniência e Oportunidade:

Em razão da ilegalidade e inconstitucionalidade apontadas, o relator opina pela rejeição total da Emenda Modificativa nº 002/2025. A proposta, ao tentar ampliar a vedação ao nepotismo para parentes até o quarto grau, não atende aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade e pode gerar insegurança jurídica, ao contrapor as normas federais que disciplinam a matéria.

III – Decisão da Comissão:

Após análise, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifesta-se pela **REJEIÇÃO** da Emenda Modificativa nº 002/2025, considerando sua ilegalidade e inconstitucionalidade.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2025.


PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS
RELATOR


ALCIDES FRANCISCO DO NASCIMENTO
MEMBRO


MIQUÉIAS CAITANO DE LIMA
MEMBRO